



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -  
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -  
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 214 - SMCL-DGC

**TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº <a href="#">022.000950/2026-23</a>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA.	<b>Cadastro:</b> 10078902	
<b>Nome do requisitante:</b> Filipe Jeferson Guedes Aragão	<b>Setor/Departamento:</b> Departamento Administrativo - DA	<b>Data do Pedido:</b> 13/04/2025

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo de referência tem por objeto a **aquisição de bobinas plásticas picotadas, com fundo estrela, dimensões de 35x45 cm**, contendo 500 unidades cada, destinadas ao abastecimento das lixeiras PET instaladas em diversos pontos do Município de Porto Velho/RO da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA	QUANTI	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>1</b>	351739	<p>Bobina Plástica Picotada Fundo Estrela 35X45 cm, com 500 und cada.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item:</b> CATMAT 351739 - Saco plástico para embalagem em rolo picotado.</li><li>• <b>Dimensões:</b> Altura: 45 cm; Largura: 35 cm.</li><li>• <b>Material:</b> Polietileno de alta resistência (PET/Polietileno), para evitar rupturas.</li><li>• <b>Cor:</b> Cor opaca (preferencialmente preta ou escura).</li><li>• <b>Apresentação:</b> Bobina com, no mínimo, 500 unidades.</li><li>• <b>Aplicação:</b> Para a finalidade de "coleta de material fecal".</li></ul>	UND.	7.200	R\$ 41,55	<b>R\$ 299.160,00</b>

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 299.160,00 (duzentos e noventa e nove mil, cento e sessenta reais).</b>						

**1.1.1.** Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

**1.2. DA NATUREZA DO OBJETO:** A referida contratação é considerada **BEM COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

**1.3.** Prazo de entrega: O prazo de entrega de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

**1.4.** Esta licitação destina - se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133.21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA**.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 022.000950/2026-23** SEI-PVH, visa motivar a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2.1.1.** Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. [0782397](#) elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

**2.1.2.** Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

### **2.2. Da justificativa da SEMA**

**2.2.1.** A contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar id. [ETP 0782039](#).

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** Conforme informações do Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução escolhida está definida no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** id. [ETP 0782039](#).

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A presente contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, legais e administrativos:

**4.2.** Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenderem às exigências constantes deste Edital e de seus anexos.

**4.3.** Os itens fornecidos devem estar em conformidade com este Termo, devendo atender, no mínimo, às seguintes características:

- Bobinas plásticas picotadas;
- Fundo estrela;
- Dimensões aproximadas de 35 x 45 cm;
- Contendo 500 unidades por bobina;
- Material resistente, adequado ao acondicionamento de resíduos sólidos provenientes de animais domésticos;
- Compatibilidade com as lixeiras PET instaladas no Município.

**4.4.** A Contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 1990).

**4.5.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**4.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**4.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **4.8. Critérios de sustentabilidade**

**4.8.1.** A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- Utilização de materiais recicláveis ou reciclados na fabricação;
- Adequação a processos produtivos que minimizem impactos ambientais;
- Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;

**4.8.2.** Considerando a natureza do objeto (material de consumo amplamente padronizado), tais critérios não restringem a competitividade do certame.

#### **4.9. Exigência de amostras**

**4.9.1.** A exigência de amostra ocorrerá para o item desta licitação, mediante análise prévia do material pelo setor técnico, com fulcro no inciso II do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

**4.9.2.** Será solicitado da empresa melhor classificada, toda documentação referente a proposta de preços, a convocação mediante notificação no sistema.

**4.9.3.** As amostras deverão ser encaminhadas no prazo de 05(cinco) dias úteis, conforme condições de entrega do item, que estará disponível para recolhimento no primeiro dia útil posterior a emissão de avaliação pela Demandante (comissão técnica).

**4.9.4.** As amostras do item, da entrega e retirada deverá ser realizado na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, Bairro: Centro. Porto Velho/RO. Telefone (69) 3901- 1331, das 08h às 14h de segunda a sexta feira respeitando a jornada laborativa da pasta, que será responsável pela realização das análises dos produtos recebidos como amostra, sendo uma unidade de cada item.

**4.9.5.** Caso a empresa tenha sua amostra reprovada pela Comissão, será considerado desclassificado para o item. Logo que o responsável tomar conhecimento, a administração convocará a próxima classificada para apresentar a

amostra, e terá o mesmo prazo estipulado conforme o item.

**4.9.6.** Se a classificada do item não atender a exigência, será examinada a documentação das proponentes com as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda as exigências, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita a adjudicação do objeto da contratação, mediante a aprovação da amostra.

**4.9.7.** A desqualificação de quaisquer item examinados pela Comissão implica-se na indispensabilidade de relatório sucinto, explicitando as razões que motivaram tais feitos.

**4.9.8.** A exigência visa resguardar a Administração quanto à qualidade do produto a ser fornecido.

#### **4.10. Subcontratação**

**4.10.1.** Não será permitida a subcontratação do objeto, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bem comum, de baixa complexidade, cujo cumprimento deve ser integralmente executado pela contratada, garantindo maior controle e rastreabilidade do fornecimento, nos termos do art. 74, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 93 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

#### **4.11. Alteração Subjetiva**

**4.11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **4.12. Garantia contratual**

**4.12.1.** Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, de baixo risco e execução imediata, não se mostrando medida proporcional ou economicamente vantajosa à Administração.

#### **4.13. Garantia do produto e assistência**

**4.13.1.** A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no prazo a ser definido em edital, quaisquer itens que apresentem defeitos, inconformidades ou não atendam às especificações exigidas.

**4.13.2.** Não se aplica a exigência de assistência técnica continuada, em razão da natureza do objeto.

### **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento**

**5.1.1.** O prazo de entrega será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

**5.1.2.** Os produtos deverão ser entregues no **Almoxarifado da SEMA, localizada no endereço:** Rua General Osório, nº 81, Bairro: Centro, no Município de Porto Velho/RO;

**5.1.3.** As entregas deverão ocorrer em dias úteis, em horário comercial, previamente agendadas com o setor responsável;

**5.1.4.** Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, íntegros e em condições adequadas de uso.

#### **5.2. Forma de fornecimento**

**5.2.1.** O fornecimento será realizado de forma **parcelada, conforme demanda da Administração**, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, com o objetivo de evitar desperdícios, otimizar o armazenamento e garantir o abastecimento contínuo das lixeiras PET.

#### **5.3. Rotinas a serem cumpridas pela Contratada:**

- 5.3.1.** Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
- 5.3.2.** Garantir a qualidade, resistência e conformidade dos produtos fornecidos;
- 5.3.3.** Substituir, no prazo estipulado, os materiais que apresentarem defeitos ou inconformidades;
- 5.3.4.** Responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga dos materiais;
- 5.3.5.** Manter comunicação formal com o fiscal do contrato.

#### **5.4. Materiais a serem fornecidos**

**5.4.1.** A contratada deverá fornecer bobinas plásticas conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência, não sendo necessária a disponibilização de equipamentos ou mão de obra adicional.

**5.4.2.** A execução do objeto deverá assegurar o fornecimento contínuo e adequado das bobinas plásticas destinadas ao abastecimento das lixeiras PET instaladas no Município de Porto Velho, garantindo a manutenção das condições de limpeza urbana, saúde pública e preservação ambiental, desde o início até o encerramento da contratação.

#### **5.5. Condições de acondicionamento e transporte**

**5.5.1.** Os produtos deverão ser transportados e entregues em condições adequadas de armazenamento, protegidos contra umidade, calor excessivo, perfurações ou quaisquer fatores que possam comprometer sua integridade e qualidade.

#### **5.6. Condições de recebimento**

**5.6.1.** O recebimento do objeto observará o disposto no art. 94 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, da seguinte forma:

**5.6.2. Recebimento provisório:** ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa dos materiais e verificação das condições aparentes;

**5.6.3. Recebimento definitivo:** será realizado no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, após verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas, incluindo qualidade, resistência e adequação ao uso;

**5.6.4.** Caso sejam constatadas irregularidades, a contratada deverá providenciar a substituição dos itens no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional.

#### **5.7. Vigência e execução contratual**

**5.7.1.** A execução do objeto ocorrerá durante a vigência contratual, estimada em até **12 (doze) meses**, garantindo o fornecimento contínuo conforme a forma e a necessidade da Administração.

### **6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada, gerida e fiscalizada de forma sistemática, com vistas a assegurar o cumprimento integral do objeto, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

#### **6.2. Execução Contratual**

**6.2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, devendo tais ocorrências serem formalmente registradas por meio de apostilamento.

#### **6.3. Gestão e Fiscalização do Contrato**

**6.3.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo:

**6.3.1.1. Gestor do contrato:** responsável pela coordenação geral da execução contratual, controle de prazos, análise de desempenho da contratada, encaminhamento de demandas administrativas e adoção de medidas necessárias à boa execução do ajuste;

**6.3.1.2. Fiscal do contrato:** responsável pelo acompanhamento direto da execução, verificação do cumprimento das especificações técnicas, conferência dos materiais entregues, registro de ocorrências e atesto das notas fiscais.

**6.3.2.** A fiscalização deverá ocorrer de forma contínua e sistemática, com registros formais das ocorrências relevantes.

#### **6.4. Atribuições do gestor do contrato:**

**6.4.1.** Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

**6.4.1.1.** Acompanhar a execução global do contrato;

**6.4.1.2.** Controlar prazos contratuais e vigência;

**6.4.1.3.** Solicitar providências à contratada quando necessário;

**6.4.1.4.** Propor aplicação de sanções, quando cabível;

**6.4.1.5.** Encaminhar processos de pagamento devidamente instruídos.

#### **6.5. Atribuições do fiscal do contrato**

**6.5.1.** Compete ao fiscal do contrato:

**6.5.1.1.** Acompanhar e verificar o fornecimento dos materiais;

**6.5.1.2.** Conferir quantitativa e qualitativamente os itens entregues;

**6.5.1.3.** Registrar inconformidades e comunicar ao gestor;

**6.5.1.4.** Atestar o recebimento provisório e definitivo;

**6.5.1.5.** Subsidiar a Administração na aplicação de penalidades, quando necessário.

#### **6.6. Preposto da contratada**

**6.6.1.** A contratada deverá indicar formalmente um preposto, responsável por representá-la durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos e adotar as providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

#### **6.7. Controle e registro da execução**

**6.7.1.** Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em meio próprio (processo administrativo ou sistema eletrônico), incluindo entregas realizadas, eventuais falhas, notificações e medidas corretivas adotadas.

#### **6.8. Avaliação da execução e sanções**

**6.8.1.** O descumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **7.1. Critérios de medição**

**7.1.1.** Considerando tratar-se de **fornecimento de bens**, a medição será realizada com base no quantitativo efetivamente entregue pela contratada, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração.

**7.1.2.** A aferição ocorrerá mediante:

**7.1.2.1.** Conferência quantitativa (número de bobinas entregues);

**7.1.2.2.** Verificação qualitativa (conformidade com as especificações técnicas);

**7.1.3.** Somente serão considerados para fins de medição os materiais devidamente aceitos pela fiscalização.

## **7.2. Periodicidade da medição**

**7.2.1.** A medição será realizada **por entrega**, ou seja, a cada fornecimento efetuado pela contratada, não havendo periodicidade fixa, mas sim conforme a demanda da Administração.

## **7.3. Condições para liquidação da despesa**

**7.3.1.** A liquidação ocorrerá após:

**7.3.1.1.** Recebimento definitivo do objeto;

**7.3.1.2.** Apresentação da Nota Fiscal/Fatura;

**7.3.1.3.** Atesto do fiscal do contrato quanto à conformidade do fornecimento;

**7.3.1.4.** Verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando aplicável.

## **7.4. Prazo e forma de pagamento**

**7.4.1.** O pagamento será efetuado pela Administração no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária em favor da contratada.

## **7.5. Atualização monetária**

**7.5.1.** Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tal, os valores devidos serão atualizados monetariamente, desde a data do adimplemento até a do efetivo pagamento, com base em índice oficial adotado pela Administração Pública, conforme legislação vigente.

## **7.6. Pagamento antecipado**

**7.6.1.** Não será admitido pagamento antecipado, tendo em vista a natureza do objeto e a necessidade de garantir a efetiva entrega dos bens antes da liberação de recursos públicos.

## **7.7. Condições adicionais**

**7.7.1.** O pagamento estará condicionado ao cumprimento integral das obrigações contratuais, podendo ser suspenso em caso de irregularidades na execução do objeto ou pendências documentais.

## **7.8. Disposições específicas**

**7.8.1.** Por se tratar de fornecimento de bens, **não se aplicam** as disposições relativas a serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, tais como retenções trabalhistas, conta vinculada ou garantias para verbas rescisórias.

**7.9.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção**

**8.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**8.1.2.** Critério de Julgamento da Proposta de Preços. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme inciso i, art. 33 da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

### **8.2. Exigências de Habilitação**

**8.2.1.** As Exigências de Habilitação: Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

### **8.3. Qualificação Técnica**

**8.3.1.** Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento dos materiais compatíveis com o objeto a ser licitado, e ainda:

**8.3.1.1.** Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

**8.3.2.** A exigência de qualificação técnica justifica-se pela necessidade de assegurar que a contratada possua experiência mínima no fornecimento de materiais semelhantes, garantindo a qualidade e a regularidade do abastecimento.

### **8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 e suas alterações:**

**8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios CONDICIONADAS AS NORMAS DA LEI 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, para fins de participação desta Licitação,** tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

**a) ITEM/LOTE COM VALORES ACIMA DE R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão para PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA, e não se aplicará a regra COTA RESERVADA para este objeto, por não ser vantajoso para a administração, conforme o artigo 49 da Lei 123/2006 e suas alterações.**

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando: [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: "Art.23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

**9.2.** Em conformidade com a pesquisa de preços, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL id. [\(0810437\)](#) e [\(0809859\)](#). O valor estimado para a contratação é de **R\$ 299.160,00 (duzentos e noventa e nove mil, cento e**



**sessenta reais).**

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. Das obrigações da CONTRATADA**

**10.1.1.** Executar o objeto do contrato conforme as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual;

**10.1.2.** Fornecer produtos novos, de primeira qualidade, em perfeitas condições de uso, atendendo integralmente às exigências estabelecidas;

**10.1.3.** Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais no local indicado pela Administração;

**10.1.4.** Substituir, às suas expensas, no prazo estipulado pela Administração, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, inconformidades ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

**10.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**10.1.7.** Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão contratante;

**10.1.8.** Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**10.1.9.** Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável, nos termos da legislação vigente;

**10.1.10.** Designar preposto para representá-la durante a execução do contrato, conforme exigido;

**10.1.11.** Atender prontamente às solicitações da Administração e às determinações da fiscalização do contrato;

**10.1.12.** Manter comunicação formal com a Administração, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

**10.1.13.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**10.1.14.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

**10.1.15.** A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**10.1.16.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21.

### **10.2. Obrigações da contratante**

**10.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.2.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas, por meio de servidor designado;

**10.2.3.** Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência;

**10.2.4.** Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido;

**10.2.5.** Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual;

**10.2.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**10.2.7.** Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estabelecidos, após o recebimento definitivo do objeto e atesto da nota fiscal;

**10.2.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários à execução do contrato;

**10.2.9.** Comunicar formalmente à contratada quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto.

**10.2.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

## **11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

**11.1.** A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como por qualquer descumprimento das obrigações assumidas.

### **11.2. Hipóteses de infrações administrativas**

**11.2.1.** Constituem infrações administrativas, dentre outras:

**11.2.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**11.2.1.2.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**11.2.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**11.2.1.4.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.2.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;

**11.2.1.6.** Executar o objeto em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas;

**11.2.1.7.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**11.2.1.8.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.2.1.9.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.2.1.10.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**11.2.1.11.** Praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.

**11.3.** Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

#### **11.3.1. Multas**

**11.3.1.1.** As multas serão aplicadas conforme a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser:

### **Multa moratória**

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% do valor contratado;

### **Multa compensatória por inexecução parcial:**

b) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% do valor contratado;

### **Multa compensatória por inexecução total:**

c) até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

### **Multa por descumprimento de obrigações acessórias:**

d) até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme a natureza da infração.

**11.3.1.2.** As multas poderão ser cumuladas com outras sanções administrativas, quando cabível.

### **11.4. Aplicação das sanções**

**11.4.1.** A aplicação das sanções observará:

A natureza e a gravidade da infração;

Os danos causados à Administração;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

A reincidência;

A vantagem auferida pela contratada.

### **11.5. Processo administrativo sancionador**

**11.5.1.** As infrações administrativas serão apuradas por meio de processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme os procedimentos previstos nos arts. 96 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

### **11.6. Disposições finais**

**11.6.1.** As sanções aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais e poderão implicar restrições ao direito de participar de licitações e contratar com a Administração Pública, conforme disposto na legislação vigente.

**11.6.2.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**11.6.3.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

## **12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** A Contratação decorrente da presente Licitação, ficará subordinada às normas da Lei nº 14.133/2021, art. 92, instrumentalizada por intermédio da **assinatura do Contrato**.

**12.1.1.** A contratação resultante do objeto deste Edital, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

### **12.2. Da Vigência e prorrogação**

**12.2.1.** A vigência do contrato decorrente desta licitação será vinculada ao período de garantia efetivamente ofertado para os materiais, contado a partir da assinatura do contrato, devendo abranger integralmente os prazos de entrega, garantia e assistência, respeitado o limite de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.2.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os limites legais previstos na Lei

**12.2.3.** Caso o fornecimento não seja integralmente concluído dentro do prazo inicialmente estabelecido, e não haja culpa da contratada, o prazo poderá ser automaticamente ajustado, mediante justificativa e formalização por apostilamento.

### **12.3. Do Prazo de execução**

**12.3.1.** A execução do objeto ocorrerá durante toda a vigência contratual, de forma **parcelada e sob demanda**, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordens de Fornecimento.

### **12.4. Do reajuste**

**12.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. [\(0810437\)](#). Data-base PORTO VELHO (RO), 17 de Abril de 2026.

**12.4.2.** Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**12.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**12.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**12.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**12.4.9.** Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

**12.4.10.** Fica assegurado o direito ao **restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis ou força maior, devidamente comprovados.

### **12.5. Forma de extinção do contrato**

**12.5.1.** O contrato poderá ser extinto:

**12.5.1.1.** Pelo cumprimento integral de seu objeto;

**12.5.1.2.** Pelo término do prazo de vigência;

**12.5.1.3.** Por rescisão, nos casos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021;

**12.5.1.4.** Por acordo entre as partes, devidamente justificado;

**12.5.1.5.** Por decisão unilateral da Administração, nos casos legalmente previstos.

## **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria

**P.A:** 1.01.18.541.148.2.869 – Bem-estar animal;

**ELEMENTOS DE DESPESA:** 3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita *(ou ajustar para 3.3.90.30 – Material de Consumo, conforme enquadramento contábil correto)*

**FONTE:** 1709000000000000

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**14.2.** As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.3.** Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

**14.4.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**14.5.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 28 de abril de 2026.

#### **Responsável(eis) pela elaboração:**

**Filipe Jeferson Guedes Aragão**  
Diretor do Departamento Administrativo

#### **Aprovação da Autoridade Competente**

**Arthur Felipe Borin dos Santos**

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA

## ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar - ETP 0782039

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho ([www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Maia de Andrade, Assessor(a)**, em 29/04/2026, às 09:47, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Jeferson Guedes Aragao, Diretor(a)**, em 29/04/2026, às 09:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Felipe Borin Dos Santos, Secretário(a)**, em 29/04/2026, às 13:30, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Uilian Almeida da Silva, Voluntário(a)**, em 29/04/2026, às 17:14, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0825080** e o código CRC **2474DB9B**.



022.000950/2026-23

0825080v136